

ADVOGADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o enunciado das 50 questões das Provas Objetivas e das 2 (duas) questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

CONHECIMENTOS GERAIS								CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
LÍNGUA PORTUGUESA II		LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO II		INFORMÁTICA II		RACIOCÍNIO LÓGICO II					
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	1,5	11 a 15	1,0	21 a 25	1,0	26 a 30	1,0	31 a 35	2,0	41 a 45	3,0
6 a 10	2,5	16 a 20	2,0	—	—	—	—	36 a 40	2,5	46 a 50	3,5

b) Um Caderno de Respostas para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta. No **CARTÃO-RESPOSTA**, o candidato deverá assinalar também, no espaço próprio, o gabarito correspondente às suas provas: ① Azul, ② Amarela, ③ Branca, ④ Verde. **Se assinalar um gabarito que não corresponda ao de suas provas ou deixar de assinalá-lo, terá as mesmas desconsideradas.**

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:
a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;
b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** grameado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva.
c) se recusar a entregar o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** grameado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva, quando terminar o tempo estabelecido.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, verifique se **ASSINALOU, NO CARTÃO-RESPOSTA, O NÚMERO DO GABARITO CORRESPONDENTE ÀS SUAS PROVAS**, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA** grameado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.
Obs. O candidato só poderá retirar-se da sala das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivo de segurança, o candidato **não** poderá levar o Caderno de Questões, a qualquer momento.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, findo o qual o candidato deverá, **obrigatoriamente**, entregar o Caderno de Questões e o **CARTÃO-RESPOSTA** grameado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

LÍNGUA PORTUGUESA II

A vida dos outros

Almoço fora todos os dias. Isso não é problema, porque meu escritório fica em local muito movimentado e com grande variedade de restaurantes. Em geral, prefiro aqueles que oferecem comida a quilo, essa maravilhosa invenção moderna (há quem garanta ser invenção brasileira) que permite comer na medida certa, sem desperdícios, e observar os pratos antes de fazer a escolha.

Mas gosto dos restaurantes a quilo também por outra razão: são feitos sob medida para os solitários. Neles, reinam os introvertidos, os retraídos, os tímidos. Você entra, escolhe, pesa, se senta, come, paga e vai embora. Se não quiser, não precisa conversar com ninguém, emitir um som, pronunciar uma só palavra.

Talvez por isso, os restaurantes a quilo vivam apinhados de pessoas sozinhas. Neles, elas não têm qualquer pudor de se sentar à mesa sem ter companhia, nem nos fins de semana, que é tempo de família, amigos, congregação. Os restaurantes a quilo são também muito frequentados por turistas, pois é um conforto para eles entrar e comer num lugar em que não precisam tentar se entender com pessoas que só falam essa língua secreta chamada português.

O restaurante a quilo é o lugar onde a palavra é supérflua e onde deveria reinar o silêncio. Pois é – deveria. Mas o que ocorre é justamente o contrário. E por quê? Por culpa do telefone celular.

Por alguma razão, as pessoas precisam falar ao celular quando se sentam para comer. Resolvem assuntos pendentes, pedem informações, fazem encomendas, fecham negócios ou mesmo batem papo com o amigo ou amiga que não vêem há tempos – e tudo isso enquanto mastigam e engolem o almoço. Pobres estômagos.

E pobre de mim. Não consigo ficar indiferente ao que está sendo dito nos celulares à minha volta. Assim que a conversa se estabelece, começo a prestar atenção ao que está sendo dito e, daqui a pouco, quase sem perceber, me vejo vivendo a vida dos outros. Sofro, brigo, peço ou dou informação, falo de trabalho, marco reuniões, fico estressada com a mercadoria que não chegou – e tudo sem ter nada a ver com isso.

Outro dia, durante um almoço, participei de duas conversas inquietantes. A primeira foi quando uma jovem na mesa à minha esquerda atendeu um telefonema a respeito de uma encomenda. Do outro lado do

50 fio, alguém tinha dúvidas e queria que ela confirmasse certas coisas. Não consegui entender a que produto se referiam, mas sei que a moça parou de comer e, segurando o celular entre a orelha e o ombro, catou na bolsa um caderninho e repetiu, aos gritos (a ligação parecia estar ruim), números de série do artigo encomendado. Enquanto isso, a comida em seu prato esfriava. E a minha também. Como eu poderia comer sem ver aquele assunto resolvido?

60 Mal ela desligou e já tocava o celular de outra senhora, duas ou três mesas à minha frente. Estava encoberta e não pude ver-lhe o rosto. Mas acompanhei, acabrunhada, sua conversa sobre a amiga internada, que acabara de ser operada. Perdi a fome de vez.

65 Com o advento do celular, minha vida ficou assim. Já não tenho noção dos limites (onde acaba a minha vida e começa a do outro?). Ou talvez tenham sido as pessoas que perderam esses limites. Porque a tecnologia transformou o mundo, mas não surgiram novas regras para acompanhar as transformações. 70 Será que algum dia uma nova etiqueta vai entrar em vigor, estabelecendo que é falta de educação falar enquanto se almoça num restaurante (estando ou não de boca cheia)? Espero que sim. Mas enquanto isso não acontece, vou vivendo a vida dos outros.

SEIXAS, Heloisa. Disponível em: www.selecoes.com.br.

Acesso em: set. 2008. (Adaptado).

1

- No trecho “... essa língua secreta chamada português.” (ℓ. 24), o texto quer ressaltar que a língua portuguesa
- (A) torna-se misteriosa, por ser muito difícil.
 - (B) é desconhecida pela maioria dos estrangeiros.
 - (C) é uma das línguas menos faladas em todo o mundo.
 - (D) está restrita a um pequeno número de pessoas, pela sua complexidade.
 - (E) não é dominada pela maior parte da população brasileira.

2

- Nos restaurantes a quilo, “...a palavra é supérflua...” (ℓ. 25-26) porque
- (A) quase não há necessidade de falar para se obter o que se deseja.
 - (B) não se consegue escutar o outro, por causa do barulho existente.
 - (C) deve ser evitado ali qualquer tipo de desperdício.
 - (D) o local é próprio para quem não gosta de conviver com os outros.
 - (E) a conversa passou a ser um hábito pouco cultivado pelos clientes solitários.

3

No final do quinto parágrafo, a expressão “Pobres estômagos” dá a entender que

- (A) a radiação emitida pelos telefones celulares pode causar doenças no aparelho digestivo.
- (B) a pressa com que atualmente são feitas as refeições interfere no processo de digestão.
- (C) o processo digestivo fica prejudicado quando a pessoa percebe que seus vizinhos de mesa tratam de assuntos desagradáveis.
- (D) as pessoas acabam comendo mais do que deveriam, distraídas com as conversas telefônicas.
- (E) não é saudável ingerir problemas e preocupações junto com os alimentos.

4

A autora considera que vive a vida dos outros nos momentos em que

- (A) se dispõe a ouvir os problemas particulares daqueles que, como ela, almoçam sozinhos.
- (B) troca confidências, pelo celular, com familiares, amigos e colegas de trabalho durante as refeições.
- (C) estabelece uma relação de empatia com as pessoas ao seu redor, identificando-se com as situações por elas vivenciadas.
- (D) procura descobrir as razões dos conflitos que caracterizam a vida diária daqueles que a cercam.
- (E) decide buscar solução, mesmo durante o almoço, para as dificuldades que os amigos enfrentam.

5

“Mas acompanhei, **acabrunhada**, sua conversa ...” (ℓ. 60-61)

A palavra destacada pode ser substituída, sem interferir no significado do texto, por

- (A) atenta.
- (B) solidária.
- (C) indiferente.
- (D) entristecida.
- (E) alvoroçada.

6

O barulho no local era tão alto que o homem, coitado, saiu rápido.

Indique o único período que mantém exatamente o mesmo sentido da oração apresentada acima, embora com outra estrutura.

- (A) O homem, que era muito rápido, saiu por causa do barulho tão alto no local.
- (B) O homem saiu rápido porque no local o barulho era muito alto. Coitado.
- (C) Quando o barulho ficou muito alto, o homem coitado saiu rápido.
- (D) Depois de ouvir um barulho muito alto, o homem rápido saiu.
- (E) No local, o barulho, coitado, era tão alto que o homem saiu rápido.

7

No fragmento “... e repetiu, aos gritos (a ligação parecia estar ruim), números de série...” (ℓ. 53-54), o trecho entre parênteses visa a

- (A) apresentar uma controvérsia.
- (B) introduzir uma informação nova.
- (C) acrescentar um detalhe imprevisível.
- (D) dar uma explicação adicional.
- (E) fornecer um elemento indispensável à análise.

8

Analise as frases a seguir, quanto ao uso do acento indicativo de crase.

- I – Heloísa não sabe se a comida está à altura dos convidados.
- II – Os telefones começaram a tocar à partir daquele momento.
- III – Ao sair à rua, percebeu que esquecera o celular.
- IV – A moça teria de informar se o pagamento seria feito à vista ou à prazo.

O acento indicativo de crase está empregado de forma totalmente correta **APENAS** nas frases

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

9

Assinale a sentença em que há **ERRO** na concordância nominal.

- (A) Ela recebeu um único telefonema a respeito da encomenda.
- (B) As pessoas, em sua maioria, vêm almoçar aqui sozinhas.
- (C) É raro, depois das 15 horas, a frequência ao restaurante.
- (D) Quem deseja provar tantas iguarias?
- (E) Para sair do restaurante, era preciso permissão.

10

Qual das frases a seguir está corretamente pontuada?

- (A) Heloísa ficou cansada, depois de ouvir, todas aquelas conversas.
- (B) Em cada mesa, uma pessoa, sozinha, aguardava a refeição.
- (C) Ao fazer o seu prato, acabou, colocando comida, em excesso.
- (D) Aquela senhora, ficou tão assustada com o telefonema, que, parece, empalideceu.
- (E) Pagou a conta, mas, deixou claro, que não ficou satisfeita.

LEGISLAÇÃO DO TRÂNSITO II**11**

As Câmaras Temáticas são órgãos técnicos vinculados ao Conselho Nacional de Trânsito e consubstanciam inovação importante do Código de Trânsito Brasileiro. Da análise de suas atribuições, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) assessoram a elaboração das resoluções do CONTRAN.
- (B) fundamentam a sua atuação na complexidade das relações de trânsito, que exigem planejamento e disciplina cada vez mais técnicos.
- (C) editam, mediante delegação específica do CONTRAN, Deliberações de caráter vinculante afetas aos temas estudados.
- (D) garantem, através de sua composição bastante plural, não apenas o equilíbrio na representação de grupos de interesse, mas a qualidade de suas manifestações.
- (E) são criadas de acordo com a conveniência do CONTRAN, que define os assuntos que justificam a sua criação.

12

O Código de Trânsito Brasileiro possui uma série de normas visando à segurança de motociclistas. Dentre essas normas, destaca-se a(o)

- (A) vedação de que o condutor passe entre as filas de veículos.
- (B) vedação de que o condutor transite entre a calçada e a fila de automóveis.
- (C) vedação de transporte de passageiros em carro lateral acoplado ao veículo.
- (D) uso de capacete de segurança, obrigatório para o motorista e facultativo para o passageiro.
- (E) uso de capacete com viseira ou óculos, sob pena de cometer uma infração gravíssima.

13

A sinalização constitui uma das manifestações mais evidentes da legislação de trânsito e, ao mesmo tempo, um dos fatores de maior incidência de infrações. Por esse motivo, a legislação busca a maior uniformidade possível na sinalização. Nesse contexto, a

- (A) sinalização horizontal obedece a determinados padrões, o que não impede a utilização de sinalização auxiliar, quando devidamente regulamentada pelo CONTRAN.
- (B) sinalização vertical e a sinalização horizontal não podem estar presentes no mesmo local, sob pena de confundir o motorista.
- (C) fixação de legendas ao longo das vias é proibida, em qualquer hipótese.
- (D) fixação de publicidade junto às placas de trânsito é possível, desde que não se relacione com a mensagem da sinalização.
- (E) utilização de sinalização não prevista na legislação federal só é possível mediante autorização especial do Conselho Estadual de Trânsito, sempre em caráter experimental.

14

Um cidadão procura um advogado, afirmando que não conseguiu o certificado de licenciamento anual porque constava no sistema uma multa da qual ele nunca foi notificado. O advogado deverá explicar para o cliente que o DETRAN

- (A) não pode impedir o licenciamento anual se o infrator não foi notificado do auto de infração.
- (B) não pode condicionar o licenciamento ao pagamento da multa, mesmo se houve a regular notificação, porque são direitos independentes.
- (C) não pode solucionar esta situação, que só poderá ser resolvida mediante recurso nominado para o Departamento Nacional de Trânsito.
- (D) tem a liberdade de vincular ou não o licenciamento ao pagamento da multa, já que o Código de Trânsito Brasileiro nada dispõe a respeito.
- (E) só pode condicionar o licenciamento ao pagamento da multa vinculada ao veículo se estiver caracterizada a responsabilidade pessoal pela infração.

15

Roberto dirige normalmente na via urbana. Parado por uma *blitz* policial, é solicitado a apresentar o certificado de licenciamento anual e a CNH. Nesse momento, revela à autoridade policial que, embora dirija há bastante tempo, jamais possuiu Carteira Nacional de Habilitação. A conduta de Roberto caracteriza infração administrativa

- (A) leve, tendo em vista ser notório que Roberto sabe dirigir.
- (B) grave e também crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro, que não trata a matéria como crime de perigo.
- (C) gravíssima, mas não há crime, tendo em vista que não dirigia de forma perigosa, o que exclui a tipificação penal.
- (D) gravíssima e também contravenção penal.
- (E) gravíssima e também crime previsto no Código Penal.

16

Lavrar e arrecadar multas são atribuições que refletem de forma clara não só a repartição de competências federativas, mas também a necessidade de atuação conjunta dos entes da federação. Assim sendo, a(o)

- (A) Polícia Rodoviária Federal pode aplicar multas em todas as estradas do país, já que sua circunscrição abrange todo o território.
- (B) Polícia Militar do Distrito Federal não pode lavrar multas, porque não é reconhecida pelo Código de Trânsito como agente executivo de trânsito.
- (C) Guarda Municipal pode organizar *blitz* com o objetivo de localizar condutores que estejam dirigindo com a permissão para dirigir cassada.
- (D) Estado cumpre a função de aplicar multas por estacionamento irregular em pontes, mesmo que elas não liguem dois Municípios.
- (E) Estado deve informar ao órgão executivo da União quando recolher a CNH de um condutor em virtude de excesso de multas e pontos, já que compete à União manter o RENACH.

17

Patrícia dirigia seu automóvel à velocidade de 90 Km/h em uma via urbana considerada de trânsito rápido, na qual não havia sinalização regulamentadora. A infração administrativa praticada por Patrícia é

- (A) considerada média, em virtude de não haver sinalização no local indicando o limite de velocidade.
- (B) considerada média e sujeita o infrator à penalidade de multa e pontuação de quatro pontos.
- (C) considerada grave e sujeita o infrator à penalidade de multa e pontuação de cinco pontos.
- (D) considerada gravíssima e sujeita o infrator à penalidade de multa, medida administrativa de remoção do veículo e pontuação de sete pontos.
- (E) absorvida pelo crime de excesso de velocidade, previsto no artigo 311 do Código de Trânsito Brasileiro.

18

Marcos conduzia seu veículo na via pública quando começa a sentir fortes dores no peito. Seu filho, João, de 17 anos, assume a direção do veículo, para levá-lo ao hospital. No caminho, o veículo é parado por Policial Militar, que suspeita da idade do condutor. Nessa hipótese, o Policial Militar deve

- (A) liberar o veículo, permitindo que João vá até o hospital, em razão do estado de necessidade evidente.
- (B) autuar o motorista e apreender o veículo, ante a infração administrativa prevista no artigo 163 do CTB, mas providenciar a remoção de Marcos ao hospital.
- (C) autuar o motorista e apreender o veículo, por infração ao artigo 163 do CTB e também pelo crime do artigo 310 do CTB, mas providenciar a remoção de Marcos ao hospital.
- (D) providenciar a remoção de Marcos ao hospital e reter o veículo até a chegada de pessoa habilitada a conduzi-lo.
- (E) reter o veículo, apenas, e entrar em contato com parente ou responsável que possa conduzir Marcos ao hospital.

19

As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações são os órgãos recursais, por excelência, no Sistema Nacional de Trânsito. Sobre a estruturação das JARI, considere as afirmativas abaixo.

- I – As JARI funcionam junto aos órgãos e entidades executivas de trânsito de Estados e Distrito Federal, mas não há JARI junto aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União.
- II – Compete ao CONTRAN estabelecer as diretrizes para a organização das JARI, razão pela qual o dispositivo do Código de Trânsito Brasileiro que tratava da matéria acabou vetado.
- III – Toda JARI deve ter mais de dois integrantes, com mandato entre um e dois anos.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I. (B) III.
- (C) I e II. (D) I e III.
- (E) II e III.

20

A segurança no trânsito é tema recorrente na Lei nº 9.503/97. A Política Nacional de Trânsito tem o cidadão brasileiro como seu maior beneficiário. Traça rumos e cria condições para a abordagem do trânsito de forma integrada ao uso do solo, ao desenvolvimento urbano e regional, ao transporte em suas diferentes modalidades, à educação, à saúde e ao meio ambiente. Nesse contexto, a

- (A) educação para o trânsito é dever de todos os integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, devendo ser imposta pelo CONTRAN nas escolas públicas, sendo facultativo seu ensino nas escolas particulares.
- (B) educação para o trânsito tem como fundamento a informação e a participação da população na resolução de problemas, a qual deve estar consciente do seu papel como protagonista no trânsito.
- (C) Política Nacional de Trânsito privilegia o aspecto repressivo da legislação, uma vez que uma política educacional leva muito tempo até surtir efeitos práticos.
- (D) Política Nacional de Trânsito condena a criação de Conselhos Gestores dos fundos de arrecadação, fundamentando que eles não ajudam na educação para o trânsito.
- (E) integração do município ao Sistema Nacional de Trânsito depende, fundamentalmente, de seu tamanho, de suas receitas e do seu quadro de pessoal, sob pena de inviabilizar-se sua atuação.

INFORMÁTICA II

21

João deseja gravar o conteúdo de dez CD de 650 MB, totalmente ocupados, em DVDs de 4,7 GB. Que quantidade mínima de DVD ele irá utilizar?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

22



A figura acima mostra a janela denominada Arquivos, que está sendo executada em um computador com Windows XP em sua configuração padrão. O que irá ocorrer ao se clicar a coluna Nome?

- (A) Os arquivos da pasta Arquivos serão abertos automaticamente pelo Word.
- (B) Os arquivos da pasta Arquivos serão copiados para a área de transferência.
- (C) O modo de exibição da lista de arquivos será modificado para Ícones.
- (D) A janela Arquivos será minimizada.
- (E) A lista de arquivos da pasta Arquivos será ordenada de cima para baixo em ordem alfabética crescente.

23

Marcos deseja modificar o padrão de preenchimento de uma célula em uma tabela no Word 2000. Para isso, qual recurso ele deve utilizar para a elaboração de tabelas?

- (A) Mesclar células.
- (B) Direção do texto.
- (C) Alinhamento de célula.
- (D) Bordas e sombreamento.
- (E) Distribuir linhas uniformemente.

24

Analise a planilha a seguir, que representa a venda de produtos por mês.

	A	B	C	D	E	F
1	Vendas	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Média
2	Arroz	10	4	6	12	8
3	Feijão	11	8	3	6	7
4	Batata	5	9	14	8	9
5	Cebola	8	6	16	6	9
6	Frango	14	10	7	1	8

Se a célula F2 calcula a média dos valores para as Vendas de Arroz relativas aos meses de 1 a 4, qual é a fórmula que essa célula contém?

- (A) =MÉDIA(Arroz)
- (B) =MÉDIA(Arroz2:Arroz4)
- (C) =MÉDIA(Mês1:Mês4)
- (D) =MÉDIA(B:E)
- (E) =MÉDIA(B2:E2)

25

Ana administra um site cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou posts, que são organizados de forma cronológica inversa, tendo como foco uma temática proposta pelo site, podendo ser escritos por um número variável de pessoas, de acordo com uma política definida. Assim, o tipo de site que Ana administra é um

- (A) blog.
- (B) webmail.
- (C) browser.
- (D) cookie.
- (E) firewall.



RACIOCÍNIO LÓGICO II

26

Segundo a Agência Nacional de Saúde, integram o grupo de risco da gripe A(N1H1) mulheres grávidas ou pessoas com problemas respiratórios.

A esse respeito, analise as afirmativas abaixo.

- I – Mulheres grávidas que não apresentem problemas respiratórios não integram o grupo de risco.
- II – Homens que apresentem problemas respiratórios integram o grupo de risco.
- III – Mulheres grávidas que apresentem problemas respiratórios não integram o grupo de risco.

É(São) verdadeira(s), **APENAS**, a(s) afirmativa(s)

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

27

	Empregados	Desempregados	Total
Homens	33%		45%
Mulheres			
Total	71%		100%

A tabela acima classifica um grupo de adultos por sexo e por situação empregatícia. Ainda que a tabela esteja incompleta, é possível afirmar corretamente, com relação a esse grupo, que há

- (A) 17% de mulheres desempregadas.
- (B) 39% de desempregados.
- (C) 65% de mulheres.
- (D) mais homens desempregados do que mulheres desempregadas.
- (E) mais homens empregados do que mulheres empregadas.

28

Em uma urna há 7 bolas: 3 brancas, 2 pretas, 1 verde e 1 azul. É correto afirmar que, se dessa urna forem retiradas

- (A) 2 bolas, necessariamente ambas terão cores iguais.
- (B) 3 bolas, necessariamente todas serão brancas.
- (C) 4 bolas, necessariamente todas terão cores diferentes.
- (D) 5 bolas, necessariamente haverá bolas de três cores diferentes.
- (E) 6 bolas, necessariamente haverá uma bola branca.

29

Encontram-se a seguir uma pergunta e duas informações. Analise-as.

Pergunta: N é um número primo?

Informações:

- (I) N é um número ímpar;
- (II) N é múltiplo de 13.

A esse respeito, conclui-se que

- (A) a primeira informação, sozinha, é suficiente para que se responda corretamente à pergunta e a segunda, insuficiente.
- (B) a segunda informação, sozinha, é suficiente para que se responda corretamente à pergunta e a primeira, insuficiente.
- (C) as duas informações, em conjunto, são suficientes para que se responda corretamente à pergunta e cada uma delas, sozinha, é insuficiente.
- (D) as duas informações, em conjunto, são insuficientes para que se responda corretamente à pergunta.
- (E) cada uma das informações, sozinha, é suficiente para que se responda corretamente à pergunta.

30

Em um sistema de criptografia, as palavras são codificadas de acordo com as seguintes regras:

- cada vogal deve ser substituída por um dentre os números 1, 2, 3, 4 e 5, sendo que o 1 corresponde ao A, o 2 corresponde ao E, e assim por diante, conforme a ordem em que as vogais aparecem no alfabeto;
- cada consoante deverá ser substituída pela letra do alfabeto que a sucede. A letra Z será substituída pela letra A.

Que palavra está codificada de acordo com esse sistema criptográfico?

	Código	Palavra
(A)	1A2EP	AZEDO
(B)	CS1R3M	BRASIL
(C)	M2US1	LETRA
(D)	A2CSB	ZEBRA
(E)	D15R1	CAUSA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**31**

A respeito da competência dos entes da Federação brasileira sobre matéria de trânsito, considere as afirmativas a seguir.

- I – A competência para legislar sobre película de filme solar nos vidros dos veículos automotores é da União Federal.
- II – A competência para legislar sobre serviço de mototaxista é dos Estados.
- III – A competência material para estabelecer política de educação para a segurança do trânsito é comum entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I. (B) II.
- (C) III. (D) I e II.
- (E) I e III.

32

Considere as afirmativas abaixo, relativas a mandado de segurança.

- I – A controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança, pois não haveria direito líquido e certo a ser assegurado.
- II – O mandado de segurança pode ser repressivo (em caso de ilegalidade ou abuso de poder cometido pela autoridade coatora) ou preventivo (apenas em caso de ilegalidade cometida pela autoridade coatora).
- III – O prazo decadencial de 120 dias para se impetrar mandado de segurança não impede que, ultrapassado este prazo, o direito (subjeto) seja amparado por qualquer outro meio ordinário de tutela jurisdicional.

Está(ão) correta(s) **APENAS** a(s) afirmativa(s)

- (A) I. (B) II.
- (C) III. (D) I e II.
- (E) II e III.

33

Sobre controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) pode ter como objeto lei municipal.
- (B) A decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade deve ser encaminhada ao Senado Federal (Art. 52, X) para que produza eficácia *erga omnes*.
- (C) A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade podem ser ajuizadas a qualquer momento, desde a entrada em vigor da lei que figura como objeto da ação.
- (D) A ação direta de inconstitucionalidade pode ter como objeto lei federal anterior à Constituição de 1988.
- (E) A ação declaratória de constitucionalidade pode ter como objeto lei estadual, desde que seja posterior à Constituição de 1988.

34

O Presidente do Departamento de Trânsito do Acre (DETRAN/AC) pretende celebrar contrato visando à realização de obras de reforma no imóvel de 10 pavimentos que serve de sede para a entidade. O contrato foi estimado em R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Qual a modalidade a ser observada no procedimento licitatório que deverá preceder a contratação?

- (A) Leilão.
- (B) Convite.
- (C) Concurso.
- (D) Concorrência.
- (E) Tomada de preços.

35

O Presidente do Departamento de Trânsito do Acre (DETRAN/AC) formulou consulta à sua Assessoria Jurídica questionando qual o instrumento jurídico necessário para a concessão de aumento de remuneração aos servidores daquela autarquia. Foi-lhe corretamente respondido que a concessão de aumento de remuneração aos servidores autárquicos depende de

- (A) decreto da Chefia do Poder Executivo.
- (B) decreto legislativo.
- (C) lei específica, de iniciativa da Chefia do Poder Executivo.
- (D) lei complementar, de iniciativa do Presidente do DETRAN/AC.
- (E) lei ordinária, de iniciativa da Presidência do DETRAN/AC.

36

Quem responde pelos danos que os agentes públicos do Departamento de Trânsito do Acre (DETRAN /AC) causarem, nessa qualidade, a terceiros, em decorrência de condutas comissivas?

- (A) O próprio DETRAN, por ser entidade dotada de personalidade jurídica própria, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva.
- (B) O próprio DETRAN, por ser entidade dotada de personalidade jurídica própria, sendo a responsabilidade civil de natureza subjetiva.
- (C) O Estado do Acre, por ser o ente político ao qual está vinculada a referida autarquia, sendo a responsabilidade civil de natureza objetiva.
- (D) O Estado do Acre e o DETRAN, solidariamente, uma vez que a referida autarquia é órgão integrante da estrutura da Administração Direta Estadual, sendo a responsabilidade de natureza objetiva.
- (E) O Estado do Acre e o DETRAN, solidariamente, uma vez que a referida autarquia é órgão que integra a Administração Indireta Estadual, sendo a responsabilidade civil de natureza subjetiva.

37

Mévio propôs ação, com pedido indenizatório, em face de Pessoa e Pessoa S/A, aduzindo danos causados por ato de preposto da ré, que lhe ocasionaram danos, ocorridos no ano de 2000. Regularmente citada, a ré apresenta defesa de mérito, sem preliminares ou prejudiciais. A sentença julgou o pedido procedente, havendo recurso de apelação indicando a existência de prescrição, nos moldes do Código Civil.

Diante dos fatos narrados, pode-se deduzir que

- (A) o Código Civil permite a alegação de prescrição em qualquer grau de Jurisdição.
- (B) a prescrição da pretensão do autor não pode ser alegada somente em apelação.
- (C) a prescrição contra absolutamente incapazes corre segundo as regras do Código Civil.
- (D) prescrição e decadência são institutos sem qualquer distinção.
- (E) ação com pretensão indenizatória não é atingida pela prescrição.

38

Nos termos do Código Civil em vigor, pode ser considerada pessoa jurídica de direito público interno:

- (A) sociedade anônima. (B) sociedade simples.
- (C) associação pública. (D) condomínio.
- (E) espólio.

39

O Prefeito do município de Rio Branco/AC, no intuito de regularizar o espaço urbano, notifica, por violação à legislação municipal, diversos munícipes que realizaram construções irregulares em locais destinados a ruas e praças públicas. Tais bens são considerados

- (A) de uso especial. (B) de uso dominical.
- (C) de uso comum. (D) concedidos.
- (E) particulares.

40

Carlos da Silva conduz o seu veículo pela Av. Brasil, situada em Rio Branco/AC, quando é surpreendido pela ameaça de Tício e Sófocles, ambos portando arma de fogo, em ato buscando atingir o seu patrimônio. Carlos é policial civil, portando arma de fogo regularmente adquirida e registrada. No entrevero, Tício e Sófocles são atingidos por projetis da arma portada por Carlos, que é conhecido campeão de tiro ao alvo. Tício veio a falecer e Sófocles, ferido, foi preso em flagrante. Carlos foi condenado por excesso de legítima defesa, não tendo recorrido da sentença condenatória. Observada tal narrativa, conclui-se que

- (A) a sentença penal condenatória esgotou sua eficácia, inclusive no plano civil.
- (B) a hipótese descrita permite a execução civil da sentença penal.
- (C) a responsabilidade civil de Carlos deve ser apurada em processo cognitivo.
- (D) há responsabilidade penal objetiva de Carlos.
- (E) haverá procedimento sumário na ação de responsabilidade civil.

41

Luiz de Souza entra com ação indenizatória, por danos materiais e morais, através do procedimento ordinário, postulando a condenação da União Federal, tendo em vista a prática de ato ilícito realizado por seu preposto, agente fazendário, por cobrar, indevidamente, imposto federal plenamente quitado. Efetuada a instrução, restou comprovado o nexo causal e estabelecida a responsabilidade objetiva. A sentença condenou a União Federal ao pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a título de danos materiais, devidamente comprovados, e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a título de danos morais. A partir desse relato, afirma-se que o(a)

- (A) valor da condenação permite o pagamento sem precatório.
- (B) valor da execução poderá ser quebrado em duas partes.
- (C) execução ocorrerá *ex officio*.
- (D) execução contra a Fazenda Pública não mais é execução especial.
- (E) dívida será paga segundo a ordem cronológica, após esgotada a execução.

42

Caçambas e Cordas S/A deseja participar de licitação a fim de fornecer materiais de consumo para o DETRAN/AC, apresentando, no prazo, os documentos exigidos no edital. No curso do procedimento licitatório, surge pendência fiscal que impede a expedição de certidão negativa comprobatória do pagamento de tributos, o que gera pendência a ser resolvida pelo Departamento Jurídico. Considerando que as provas que atestam a regularidade dos atos praticados pela empresa são exclusivamente documentais, qual a via que deve ser utilizada para obtenção da certidão negativa ou positiva, com efeitos de negativa?

- (A) ADPF
- (B) Mandado de Segurança
- (C) Requerimento de tutela antecipada, inserido em procedimento ordinário
- (D) Ação popular
- (E) Ação Direta de Inconstitucionalidade

43

Caio estabeleceu contrato de locação com Marco Aurélio, residente em Rio Branco/AC. Foi clausulado, expressamente, o repasse do pagamento correspondente ao IPTU pelo locatário, como permitido na Lei do Inquilinato em vigor, tendo ocorrido o pagamento temporâneo do tributo. O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o IPTU do município de Rio Branco, juntamente com a taxa de iluminação pública, paga concomitantemente com o referido tributo. Conclui-se, então, que houve

- (A) ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) ação direta de constitucionalidade.
- (C) ação civil pública.
- (D) ação civil coletiva do consumidor.
- (E) controle incidental de constitucionalidade.

44

Antero, empregado regularmente contratado da Empresa Baldes e Bacias Ltda., percebe, como remuneração, o valor de R\$ 1.200,00, mensais, como assistente administrativo. Necessitando sua empregadora que Antero fizesse uma viagem a serviço, efetuou um pagamento correspondente a R\$ 200,00, a título de ajuda de custo, valor integralmente utilizado para a finalidade à qual foi destinado. Segundo as regras da Consolidação das Leis do Trabalho, tal valor integra a remuneração?

- (A) Não integra a remuneração.
- (B) Sim, para todos os fins.
- (C) Sim, somente para aposentadoria.
- (D) Integraria somente se superasse vinte por cento da remuneração.
- (E) Integraria caso a remuneração correspondesse ao salário mínimo.

45

Túlio é vigilante da Empresa FORTE S/A, exercendo suas funções após as 22 horas e findando o seu expediente às 5 horas do dia seguinte. Por tal atividade, segundo as regras trabalhistas, o referido trabalhador perceberá

- (A) auxílio insalubridade.
- (B) ajuda de periculosidade.
- (C) abono de permanência.
- (D) adicional noturno.
- (E) adicional de penosidade.

46

Dênis foi contratado, como digitador, pela Empresa INFO E INFORMÁTICA LTDA., no dia 1º de janeiro de 2009, percebendo o salário de R\$ 1.000,00. Elias também foi contratado pela mesma empresa, como digitador, aos 1º de março de 2009, percebendo o salário de R\$ 1.200,00. Não há hierarquia entre os dois empregados, que exercem suas funções no mesmo local de trabalho, em salas contíguas. Para efeitos de equiparação salarial, tal situação

- (A) é irrelevante, pois prevalece a vontade do empregador.
- (B) caracteriza a equiparação salarial prevista em lei.
- (C) não se estabelece, em virtude das datas de ingresso referidas.
- (D) não se caracteriza, vez que as funções são especializadas.
- (E) não se aplica, pois a equiparação salarial foi revogada pela legislação trabalhista moderna.

47

Em uma pesquisa sobre a estrutura do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), um advogado verificou que se trata de um complexo de órgãos e entidades, executivos e normativos, de âmbito federal, estadual e municipal. Ao pesquisar aspectos relacionados à organização administrativa do SNT, esse advogado constatou que a(o)

- (A) coordenação máxima do SNT é competência do Ministério dos Transportes, sendo o Conselho Nacional de Trânsito o coordenador do sistema e órgão máximo nos âmbitos normativo e consultivo.
- (B) coordenação máxima do SNT é competência do Ministério das Cidades, e a composição do Conselho Nacional de Trânsito envolve representantes de diversos Ministérios.
- (C) Conselho Nacional de Trânsito é presidido pelo dirigente do DENATRAN e está subordinado ao Ministério da Justiça.
- (D) Departamento Nacional de Trânsito está vinculado ao Ministério da Justiça.
- (E) SNT é composto pelo Conselho Nacional de Trânsito, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e pelas Polícias Militares dos Estados.

48

Emanuel Gonzalez, argentino, decide visitar o Brasil dirigindo seu próprio carro, a fim de garantir maior mobilidade entre as cidades que deseja conhecer. Antes de iniciar a viagem, é informado de que a legislação brasileira traz alguns mecanismos de controle sobre a circulação de veículos e condutores estrangeiros no Brasil. Dentre esses mecanismos, está a exigência de

- (A) uma permissão internacional para dirigir, conforme definido na Convenção de Viena sobre trânsito viário, a fim de validar as habilitações obtidas no país de origem, que não podem ser usadas no território brasileiro.
- (B) Certificado Internacional para Automóvel que habilite o veículo a circular em país estrangeiro, sendo vedado o uso de documento de habilitação do país de origem.
- (C) registro de seu itinerário junto ao DETRAN do Estado-membro onde houver ingressado no território brasileiro.
- (D) documento de habilitação de algum tipo, ainda que nacional, em conformidade com a Convenção de Viena sobre trânsito viário e em consonância com a legislação brasileira.
- (E) documento de habilitação nacional do visitante, em função de o motorista estrangeiro estar submetido unicamente à legislação de trânsito do país de origem, mesmo se dirigir em território brasileiro.

49

O instituto da multa reparatória, inovação do Código de Trânsito Brasileiro, no artigo 297, tem sofrido severas críticas da doutrina, que apontam sua inconstitucionalidade por diversos motivos. Sobre o valor e a aplicação da multa reparatória, afirma-se que

- (A) pode ser aplicada mesmo quando o fato for considerado atípico, por não prever exceções ou condicionantes.
- (B) sua aplicação será suspensa se já houver previsão de pena de multa pelo crime praticado.
- (C) sua aplicação não é restrita aos crimes de trânsito, expandindo-se aos crimes previstos no Código Penal.
- (D) seu valor deve incluir os danos morais, em função da extensão dos prejuízos.
- (E) seu valor não poderá ser superior ao prejuízo efetivamente comprovado, respeitado ainda o limite previsto para o dia-multa, pelo Código Penal.

50

Patrícia conduzia seu veículo em via urbana movimentada quando se abaixou para mexer no rádio do automóvel. Nesse instante, o carro invadiu a calçada, atingindo Maria, que caiu e quebrou o braço. Nesse caso, Patrícia será processada

- (A) no Juizado Especial Criminal, em função de a pena máxima prevista para a lesão corporal culposa no Código Penal ser de um ano, o que atrai o procedimento da Lei nº 9.099/95.
- (B) no Juizado Especial Criminal, uma vez que a pena máxima prevista para a lesão corporal culposa no trânsito é de dois anos, o que atrai o procedimento da Lei nº 9.099/95.
- (C) em uma Vara Penal comum, pois, ao se abaixar para mexer no rádio, Patrícia assumiu conscientemente o risco de lesionar alguém, o que configura dolo eventual.
- (D) em uma Vara Penal comum, pois a pena máxima prevista para sua conduta é maior que dois anos, mas fará jus a alguns institutos previstos na Lei dos Juizados.
- (E) em uma Vara Penal comum, pelo fato de a previsão concomitante da pena de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou habilitação afastar a aplicação do procedimento da Lei nº 9.099/95.

QUESTÕES DISCURSIVAS**1**

Fausto da Silva, condutor de veículos devidamente habilitado, é surpreendido pela autoridade administrativa sem portar a devida quitação do imposto incidente sobre veículo automotor e, por consequência, sem estar com o licenciamento anual devidamente regularizado, sofrendo multa administrativa e apreensão do veículo. Inconformado com o ocorrido, contratou advogado e impetrou Mandado de Segurança contra o ato da autoridade de trânsito, postulando, além da procedência do pedido, a produção de provas testemunhal, pericial e documental suplementar. O impetrante postulou medida liminar para suspender os efeitos do ato administrativo impugnado, com a devolução do seu veículo sem pagamento da multa. A liminar restou indeferida, tendo o impetrante manejado o recurso próprio. Após as informações da autoridade impetrada, os autos foram remetidos ao Ministério Público, que não apresentou qualquer manifestação. Em seguida, houve a prolação de sentença julgando improcedente o pedido formulado na peça exordial, tendo o autor manifestado sua inconformidade e manejando recurso com o escopo de esclarecer a decisão proferida. Esclarecida a decisão, apresentou o impetrante novo recurso, após vinte dias da intimação da decisão proferida no recurso que esclareceu a sentença. Diante disso, o novel recurso não foi recebido, por serôdio. De tal decisão, decorreu recurso de instrumento, justificando o prazo por motivo de força maior, que restou provido.

Analise as questões processuais, fazendo menção aos dispositivos legais incidentes, indicando os atos praticados no curso do processo. **(valor: 10,0 pontos)**

RASCUNHO

QUESTÕES DISCURSIVAS

2

O Município X sancionou uma lei que determina o desligamento dos radares e “pardais” nos sinais de trânsito na sua circunscrição, entre as 22h e 5h, todas as noites, proibindo, ainda, a autuação dos motoristas que ultrapassem o sinal vermelho naquele horário.

O Governo Estadual, inconformado com tal promulgação, ajuizou, junto ao Tribunal de Justiça do Acre, Ação de Inconstitucionalidade (artigo 104 da Constituição do Acre e artigo 125, § 2º, da Constituição Federal), ainda pendente de julgamento. Entretanto, o tribunal local deixou de conceder a liminar pleiteada, que buscava sustar os efeitos daquele ato normativo.

Já na vigência da lei, a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI) recebeu recurso de motorista impugnando autuação lavrada por Policial Militar, no qual constava que o condutor avançou o sinal vermelho, em rua do Município X, às 23h55min. Afirmou que a existência daquela norma municipal denotaria a boa-fé do recorrente, que sustenta, ainda, a ilegalidade do auto de infração.

A JARI consultou o advogado do DETRAN, solicitando a emissão de parecer acerca da plausibilidade da autuação.

Redija o parecer que será encaminhado à JARI, que deverá considerar o posicionamento das Cortes Superiores sobre o tema. **(valor: 10,0 pontos)**

RASCUNHO

RASCUNHO